



Vol. 34, nº 3 (2026)

**A APARENTE SIMPLICIDADE QUE ESCAPA AO CERCEAMENTO: A
TRILOGIA *HISTÓRIAS SEM LUZ ELÉTRICA*, DE ONDJAKI**

**THE APPARENT SIMPLICITY THAT ESCAPES RESTRAINT: THE TRILOGY
STORIES WITHOUT ELECTRIC LIGHT, BY ONDJAKI**

Paula Adriana Greff¹

Recebimento do Texto: 15/04/2026

Data de Aceite: 13/05/2026

Resumo: Neste artigo, trazemos uma reflexão sobre a ficção de Ondjaki voltada ao público infantil e juvenil. A trilogia *Histórias sem luz elétrica*, com sua aparente simplicidade e tom despretensioso, escapa ao olhar censório de alguns setores da sociedade e se revela importante instrumento de formação da criticidade ao promover a identificação do leitor com o mundo ficcional e, assim, favorecer a reflexão sobre desigualdades sociais e relações de poder. Para sustentar esse argumento, recorremos a autores que tratam da formação de leitores e do potencial da leitura autônoma, iniciando a discussão pela análise dos movimentos de cerceamento que marcam a literatura.

Palavras-chave: Ondjaki. Denúncia. Censura. Cidadania.

Abstract: Within the framework of the VII National Colloquium of Literary Studies, we present a reflection on Ondjaki's fiction aimed at children and young adults. The trilogy *Stories Without Electric Light*, with its apparent simplicity and unpretentious tone, escapes the censorious gaze of some sectors of society and reveals itself as an important instrument for the development of critical thinking promoting the reader's identification with the fictional world and thus encouraging reflection on social inequalities and power relations. To support this argument, we draw on authors on reader development and the potential of autonomous reading, beginning the discussion with an analysis of the censorship that marks literature.

Keywords: Ondjaki. Denunciation. Censorship. Citizenship.

1 Introdução

Temos visto, com bastante frequência nos últimos anos, movimentos de censura relacionados à literatura infantil e juvenil. Com a potencialidade das mídias sociais, a socialização de leituras e ideias tem se tornado substancial, o que favorece uma sociedade letrada, considerando as inúmeras contribuições da leitura para o indivíduo como ser político e social. Contudo, esse espaço de fala também apresenta suas contradições, pois as reações exacerbadas de leitores, sem formação ou experiência na área, afetam autores, editoras e prejudicam o trabalho de professores e de muitos profissionais envolvidos na publicação de

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (PPGEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra-MT. E-mail: paula.greff@unemat.br



livros e no processo de formação de leitores. Ademais, é perceptível, nessas situações, a conotação política, o falso pretexto do politicamente correto ou, simplesmente, a busca de curtidas nas redes sociais, mas, em todos os casos, o resultado é a desinformação.

Dado o contexto, propusemos focar em textos essencialmente relevantes para a formação da criticidade, mas que, ainda assim, não são alvos de interdições, como seria de se esperar, visto que uma das vertentes da censura se ocupa, conforme afirma o filósofo Jean Godefroy Bidima (2003, p. 155), “do conteúdo de um livro que, segundo se presume, teria um efeito ilocutório, suscetível de modificar o comportamento de um sujeito”. Essa capacidade de transformação é o aspecto que evidenciamos nas obras analisadas.

Neste artigo, portanto, primeiramente tecemos breves considerações sobre os discursos de cerceamento que assombram a literatura e comprometem a formação para a cidadania. Em seguida, observamos como a escrita de Ondjaki, através de situações cotidianas nas obras *Uma Escuridão Bonita*, *A Bicicleta que tinha Bigodes* e *O convidador de pirilampos*, escancara as desigualdades sociais numa Angola empobrecida e, desse modo, produz textos capazes de estimular o pensamento crítico, à medida que o leitor se identifica com o universo ficcional.

2 Literatura, censura e cidadania: uma reflexão necessária

A censura de livros na literatura é desencadeada, quase sempre, por uma opinião isolada de alguém sem embasamento para tratar do assunto. Amplificada pelas redes sociais, essas manifestações recebem a adesão de muitas pessoas que, sem criticidade e sem responsabilidade, movidas pelo comodismo de aceitar a opinião de outros, potencializam as reações negativas contra livros reconhecidos pela crítica e premiados.

Nessa conjuntura, a divergência de ideias poderia ser um momento de diálogo, no entanto, torna-se uma sequência de discussões equivocadas, muitas vezes sem a efetiva leitura por parte daqueles que contestam os livros. Um exemplo dessa postura é citado por Isabel Lopes Coelho, editora-chefe da FTD, ao relatar algumas situações nas quais pais, diretores e professores procuram a empresa solicitando ajustes em obras ou o recolhimento delas. A presença da censura, ou da possibilidade dela no processo editorial, é como um



membro da equipe, isto é, “um novo elemento que se senta junto à equipe para discutir os caminhos da edição” (Coelho, 2024, p. 478).

Sobre a falta de repertório observada nesses discursos, José Nicolau Gregorin Filho (2024, p. 207), com um extenso currículo na área de formação de leitores, aponta a “valorização excessiva do conteúdo em detrimento dos aspectos literários das obras. Ou seja, creditam a determinadas obras [...] uma função meramente cognitiva, de aprendizado”. Entretanto, sabemos o quanto é importante não analisar o discurso literário com as mesmas lentes utilizadas para os demais discursos. Ao contrário de um texto científico ou informativo, a realidade apresentada na literatura não é fixa, pois está ligada à imaginação e à visão subjetiva do leitor. É justamente nessa flexibilidade da escrita literária que, quando se tenta aplicar um engajamento ideológico ao texto, corre-se o risco de comprometer sua essência. Segundo Zygmunt Bauman (2003, p. 25),

[...] a ficção artística desempenha o papel de uma contracultura irônica e irreverente que se opõe à cultura tecnocientífica e burocrática da modernidade, cultura assombrada pela obsessão da ordem, por classificações meticulosas, por hierarquias severas, pela conformidade às regras e pela disciplina rígida. [...] o romance é um treino perpétuo na difícil, embora profundamente necessária, arte de viver sob condições de incerteza, em companhia da diversidade e entre uma variedade de formas de vida.

Por isso, muitas vezes, críticas ou reações negativas a determinadas obras literárias podem decorrer de um desconhecimento das características próprias da ficção artística, que se configura como um espaço que contempla a diversidade humana. Ao apresentar personagens, situações e contextos variados, a ficção permite ao leitor vivenciar formas diversas de convivência, um exercício de imersão fundamental para o desenvolvimento da empatia. Assim, a liberdade proporcionada por essas leituras se opõe à conformidade imposta pela cultura tecnocientífica e burocrata apontada por Bauman (2003).

O mais preocupante, porém, dos pontos agenciados até este momento, é o impacto da censura na constituição do indivíduo enquanto cidadão. Para desenvolver essa ideia, contamos com a reflexão de Bidima (2003) sobre as consequências das interdições sobre o livro.

A interdição não atinge somente o saber, mas também o ter; a censura proíbe o ter. Qualquer objeto sobre o qual pese uma consideração negativa e simbolicamente manchada — mesmo quando seu conteúdo não nos tenha sido desvendado — pode parecer perigoso do ponto de vista da censura, razão pela qual é interdito possuí-lo (Bidima, 2003, p. 155).



A partir do que Bidima (2003) aponta, podemos depreender que o interdito do ter abrange também os direitos do cidadão, ou seja, priva as pessoas de reivindicar serviços públicos de qualidade, de exercer a cidadania de modo efetivo e de construir um projeto de vida digno. Nessa lógica, como o interdito do ter representa a restrição do direito de possuir e de ser, fazemos uma analogia com o que Khaled Hosseini, em *O caçador de Pipas* (2005), expõe num trecho do romance que mostra um pai ensinando o filho. Acertadamente, o personagem traduz a ideia de privação sob a metáfora do roubo, ampliando seu alcance ético:

Quando você mata um homem, está roubando uma vida. Está roubando da esposa o direito de ter um marido, roubando dos filhos um pai. Quando mente, está roubando de alguém o direito de saber a verdade. Quando trapaceia, está roubando o direito à justiça. Não há ato mais infame do que roubar (Housseini, 2005, p. 110-111).

Desse modo, quando se impede o acesso à literatura e às artes, também se comete um roubo, isto é, retira-se das pessoas a possibilidade de elas formarem um pensamento crítico. Isso implica diretamente na formação da cidadania, conforme ensina Vera Maria Tietzmann Silva (2009, p. 72), autora de diversos livros na área de formação de leitores: “sendo capaz de sentir o outro (mesmo que se trate de um outro inventado), o leitor torna-se mais apto a criticar, a julgar, a definir-se como verdadeiro cidadão”. Por essa ótica, o texto literário, devidamente mediado, consolida-se como ferramenta indispensável para a percepção ativa do indivíduo em seu contexto social.

Sentir o outro pode promover um processo de identificação com o mundo ficcional. Tal experiência configura-se uma ameaça para a manutenção da ordem hegemônica — sustentada pelo controle das práticas de leitura e pela autoridade das instituições que as determinam. Roger Chartier (2001) discorre sobre o potencial da leitura silenciosa, como alternativa à leitura oral e compartilhada, ao explicar como essa modalidade de leitura representou um passo significativo de ruptura quando deixou de ser passiva, tornando-se, portanto,

[...] um perigo, pois permite a cada um desenvolver seus próprios pensamentos a partir dos textos recebidos sem possibilidade de controle por parte da comunidade ou da autoridade. Isto vem reforçar um segundo perigo, já mencionado: o de tomar a ficção como realidade, confundir dois mundos, o mundo do texto e o mundo do leitor. Ambos os perigos, tomar o fictício como real e fundir o mundo do texto com o mundo do leitor, foram percebidos nos séculos XVI e XVII pelas autoridades [...] (Chartier, 2001, p. 156).



Nesse sentido, o leitor silencioso transforma-se em autônomo, capaz de perceber no texto uma realidade semelhante à sua. Essa identificação com a ficção desperta a reflexão e, conseqüentemente, a resistência, atitude perigosa às estruturas de poder contrárias ao questionamento. Bauman (2003) também destaca essa capacidade ao frisar que, com a circulação impressa das narrativas, o livro deixou de ser um instrumento utilizado para manter a ordem estabelecida e passou a ser um recurso de criticidade e transformação social, ampliando o acesso à leitura e reduzindo a separação entre grupos sociais.

Com essas ponderações, chegamos à questão principal do nosso trabalho: como a leitura de textos literários, aparentemente despretensiosos, contribuem para a formação de leitores críticos, capazes de exercer uma cidadania efetiva? Para isso, apresentamos a análise de alguns trechos das obras selecionadas, nos quais o autor transforma situações cotidianas em oportunidades para interpretar a realidade social.

2.1 A poética da luz: entre a denúncia e a reflexão

Ondjaki nasceu em Luanda, capital de Angola, colônia portuguesa. O país africano esteve envolvido em conflitos armados por muito tempo, vindo a vivenciar tempos de paz somente em 2002. As consequências desse período foram devastadoras na disposição física do lugar e na memória da população. Nesse cenário do pós-guerra, Ondjaki viveu a infância retratada em seus textos.

Uma Escuridão Bonita (2018), a primeira obra examinada, revela um tempo de perda de entes queridos nas guerras e de vivências em ambientes fragilizados de serviços públicos. Logo, a história de um beijo entre dois personagens conversando calmamente numa noite escura em que a luz elétrica de repente faltou é apenas o pano de fundo para considerações maiores sobre a condição humana. No âmbito da memória, eles refletem sobre temas como a guerra, geradora de muitos órfãos como eles. Importa destacar que a observação crítica desse contexto permite questionar narrativas oficiais, uma vez que os conflitos armados nem sempre são motivados pela legítima busca de independência de uma nação. Em sua maioria, são movidos por interesses econômicos e pela busca de poder de alguns grupos restritos. No outro lado dessa questão está a população, desprovida de voz, sofrendo as consequências mais dolorosas, como a morte de pessoas próximas.



No plano físico, a falta da luz elétrica denota uma região empobrecida, que seriam os musseques — bairros suburbanos de Luanda —, onde a ausência do Estado é evidente. As imagens de casas muito próximas umas das outras, a insinuação de velas prontas para serem acesas no caso de a eletricidade faltar são alguns indícios da desestruturação do país no pós-guerra. Em paralelo com a realidade brasileira, esse ambiente assemelha-se às favelas das grandes metrópoles ou, ainda, numa realidade mais próxima, aos bairros marginalizados da nossa cidade. Michèle Petit (2008, p. 71-72), pesquisadora de experiências de mediadores de leitura em regiões de conflitos e guerras, destaca que:

Nesses bairros periféricos não são apenas as construções que estão em más condições, não é somente o tecido social que pode estar em dificuldade. Para muitos jovens que vivem ali, também está danificada a capacidade de simbolizar, de imaginar e, a partir daí, de pensar um pouco por si próprio, em si próprio e ter um papel na sociedade. E a construção psíquica, ou a reconstrução psíquica, revelam-se tão importantes como a recuperação dos bairros.

A citação evidencia como a vulnerabilidade nas periferias vai além da dimensão material, atingindo a capacidade de abstração das pessoas. Em contextos socialmente fragilizados, o ambiente exerce influência direta sobre a constituição subjetiva, principalmente dos jovens, restringindo a elaboração de identidades e a própria aceitação de si. Dessa forma, a leitura de textos que aludem a contextos próximos à realidade do leitor, surge como uma possibilidade para ele perceber como seu universo não é tão diferente de outros e, de algum modo, encontrar formas de superar as limitações impostas em seu meio social para, enfim, projetar novos sentidos para sua existência. Nesse sentido, conforme aponta Petit (2008), a leitura é capaz de atuar como um espaço simbólico de reconstrução psíquica e social, favorecendo o exercício da imaginação e a retomada de um lugar de fala e de pertencimento.

No segundo livro analisado, *A Bicicleta que tinha Bigodes* (2018), o narrador criança relata a história de um concurso de histórias, cujo prêmio dado pelo governo seria uma bicicleta com as cores da bandeira nacional. Desejo de muitas crianças, o objeto se revela, no decorrer do enredo, uma metáfora para acesso a direitos básicos da população, visto que, novamente, sobressaem-se no enredo passagens que, por meio do olhar infantil, denotam a precariedade dos serviços públicos, da oferta de alimentos e da própria justiça. A seguir, alguns trechos significativos para comprovar nossa percepção:



- Pelo modo como a luz foi, assim sem tremer nem nada, acho que foi mesmo corte intencional.
— ‘Corte intencional’, como é então? — eu perguntei.
— É quando a Edel corta a luz porque quer.
— Mas a Edel existe para dar ou para cortar a luz? (Ondjaki, 2018b, p. 18).

E ainda:

- Se a água não viesse, a minha Avó, que é muito engraçada, regava assim mesmo.
— Só de mangueira a fingir numa água que ainda está lá na barragem, Avó?
— Assim mesmo.
— Tipo que és do teatro dos jardineiros?
— Tipo — a Avó sorria, os gestos dela continuavam a abanar a mangueira sem água nenhuma, só umas gotas sacudidas do dia anterior ou quê (Ondjaki, 2018b, p. 39).

Pela voz infantil, Ondjaki denuncia a ausência de ações do governo ao descrever situações cotidianas como a falta de luz e de água. O humor e a fantasia com que o narrador descreve os momentos contrastam com a dura realidade, e promovem o vínculo de empatia entre leitor e personagens e, por efeito, o processo de identificação, porque

a linguagem artística, especialmente a literária, dá voz ao coletivo, ao universal. Na ficção, vemos retratado o drama de todos os homens, o que inclui o nosso próprio. Os limites da ficção são os da humanidade, não se circunscrevem a um determinado lugar ou indivíduo. Daí decorre também o seu caráter de exemplaridade. Diante da ficção literária, instala-se um curioso processo de identificação entre leitor e personagem [...] (Silva, 2009, p. 71).

O caráter de exemplaridade da ficção é reforçado, pois, em diversas regiões do Brasil, a realidade não difere da apresentada na narrativa. Assim, é lícito o reconhecimento da própria condição de cidadão e dos poderes a serviço da sociedade, o que, por sua vez, aguçaria outro nível de consciência. A possibilidade de desenvolver pensamentos autônomos, por meio desse processo, representa um intento de subversão às estruturas de poder e ao controle da leitura, conforme a visão de Chartier (2001) que trouxemos anteriormente.

Em alguns momentos do enredo, sugere-se a escassez de alimentos para alguns, enquanto outros desfrutavam de privilégios. O motorista do General Dorminhoco, por exemplo, buscava pão em uma loja provedora de pães para os generais, porém, para os demais personagens, o café da manhã, descrito a seguir, era racionado.

O matabicho ia aparecendo, devagar, para parecer que tinha muita coisa. A minha avó com os teatros dela: bocados de pão, depois a manteiga, leite aguado já



misturado assim na cozinha para eu não ver, um bocadinho de café que eu sempre pedia.

— Avó, tu não tomas leite?

— Só café.

Era mentira de poupar as coisas para as crianças, pois quando havia mais de um pacote a avó também matabichava leite (Ondjaki, 2018b, p. 40).

A luta pela sobrevivência é observada pelo menino, que recorre à fantasia para assimilar essa realidade. “Nos devaneios da criança, a imagem prevalece acima de tudo. As experiências só vêm depois. [...] A criança enxerga grande, a criança enxerga belo” (Bachelard, 1988, p. 97), porque ainda não foi limitada pelas categorias da razão. As brincadeiras imaginadas criam um mundo paralelo e tornam a vida mais leve, embora a percepção crítica comece a surgir no personagem, ao notar como a avó poupava os alimentos para os netos, revelando, assim, um início de maturidade. A situação descrita também reflete o cotidiano de muitas crianças brasileiras, porque, convém lembrar que, muito recentemente, o Brasil saiu, novamente, do “mapa da fome” da Organização das Nações Unidas (ONU), mas ainda enfrenta a insegurança alimentar para grande parte da população (Agência Estado, 2025).

Na sequência, em outro ponto simbólico da narrativa, percebemos a complexa relação da justiça numa sociedade marcada pela desigualdade, como a demonstrada ao longo do texto. No trecho a seguir, o narrador introduz na história o motorista Nove, conhecido apenas por esse apelido, cujo sentido é dubio. “Quem conduz o jipe do General Dorminhoco é um motorista que nunca soubemos o verdadeiro nome dele. Lhe chamamos só de Nove, já lhe encontrámos com esse nome, dizem que ele já atropelou mortalmente nove pessoas, sempre de noite (sic)” (Ondjaki, 2018b, p. 18).

É bem verdade que, pela ótica infantil, o evento relatado envolvendo o motorista é atravessado pela fantasia, pois a confusão gira em torno do atropelamento de um sapo. No entanto, como nada é gratuito num texto literário, não podemos descartar a possibilidade de uma crítica contundente por trás da história desse profissional. A escuridão, diferentemente de *Uma Escuridão Bonita*, neste ponto da narrativa, é temida pelos perigos reais que abriga. A dúvida sugestionada é se os acidentes aconteciam em decorrência da falta de iluminação nas vias públicas ou se eram intencionais e, por isso, só aconteciam à noite. Em qualquer uma das opções, nota-se, novamente, a ausência do poder público, seja na oferta de serviços básicos, seja com relação à justiça. Ademais, o sapo Raúl, seu irmão Fidel e os outros animais



apresentados na narrativa recebem nomes de autoridades políticas, reforçando, assim, a intencionalidade e a crítica implícitas nos detalhes da história.

A terceira obra analisada, *O convidador de pirilampos* (2018), apresenta um menino que tem medo do escuro e, por essa razão, inventa um aparelho para capturar vaga-lumes. A intenção dele no início é usá-los para iluminar seu quarto nas noites sem luz elétrica, mas seu avô alerta:

— Não achas que podem ficar tristes esses pirilampos, dentro de uma gaiola que fica dentro do teu quintal?
— Se estivessem tristes, acho que não brilhavam assim.
— E se estiverem a brilhar de tristeza? — perguntou o Avô?
— Não tinha pensado nisso.
— Sabes... — O Avô pôs o menino no colo — ... talvez os pirilampos sejam como tu. Talvez tenham medo do escuro e por isso brilham quando não há luz (Ondjaki, 2018c).

Depois, a criança descobre a possibilidade de conversar com os vaga-lumes e, como o avô havia alertado, a infelicidade deles quando estão presos. Compreende, então, a força das histórias contadas pelos insetos mais velhos como a sustentação da luz de seus corpos. Ali, porém, já não poderiam continuar ouvindo as narrativas transmitidas por esses, que permaneceram na floresta.

— Desculpa...bem que me avisou o meu avô. Precisam mesmo de voltar para casa?
— Sim. Temos de voltar. O brilho dos pirilampos não vem da força dos corpos, vem das estórias. E são os pirivelhos que as contam. Eles não estão aqui.
— Eu também posso contar estórias...
— Podes, mas as estórias da nossa gente vão se perder para sempre (Ondjaki, 2018c).

A tradição de contar histórias aos vaga-lumes mais jovens remete ao processo colonial, quando a cultura do país resistia à cultura estrangeira imposta. Por isso, as histórias do menino, o estrangeiro entre eles, não seriam suficientes para mantê-los brilhando. Nesse contexto, a formação da criticidade, conforme vimos argumentando ao longo desta exposição, se dá na inferência de que a escuridão não é apenas física, mas uma ameaça de apagamento cultural. Desse modo, o discernimento se forma justamente na percepção de que preservar as tradições é também um ato de enfrentamento diante das forças silenciadoras da cultura e da história de um povo.



3 Considerações Finais

No decorrer deste estudo, confirmamos como a leitura do texto ficcional pode ser a oportunidade para, através dos personagens e de seus dramas, conhecer mais profundamente a natureza humana, aceitar as diferenças, colocar-se no lugar do outro. Em outras palavras, a diversidade de perfis humanos que habita os textos literários impulsiona o leitor infantil e juvenil a perceber as intrincadas relações da sociedade. Logo, vivenciar essa pluralidade, mesmo na ficção, tem valor por ser uma espécie de preparação para a vida comunitária. Dessa maneira, a experiência estética se converte também em experiência ética, sobretudo porque o leitor amplia suas formas de compreender e de se posicionar diante da realidade.

Nesse sentido, os textos de Ondjaki analisados reafirmam a capacidade da literatura de, ao entrelaçar-se com o contexto social, formar cidadãos. Unindo simplicidade narrativa e complexidades da vida em sociedade, suas histórias permitem ao leitor vivenciar situações de desigualdade, de ausência e de resistência, ou seja, elementos que, transpostos à realidade concreta, o capacitam a agir de modo mais reflexivo. O texto ficcional, portanto, oferece ao leitor uma experiência além do mero entretenimento, revela-se instrumento de emancipação simbólica, capaz de iluminar, como os pirilampos, as consciências dos pequenos cidadãos.

Referências

AGÊNCIA ESTADO. **Brasil sai do mapa da fome e tem menos de 2,5% da população em risco de desnutrição.** UOL, 28 jul. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/07/28/brasil-sai-do-mapa-da-fome-e-tem-menos-de-25-da-populacao-em-risco-de-desnutricao.htm>. Acesso em: 31 out. 2025.

BACHELARD, G. **A poética do devaneio.** Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BAUMAN, Z. O livro no diálogo global entre culturas. In: PORTELLA, E. (org.). **Reflexões sobre os caminhos do livro.** Tradução de Guilherme João Freitas. São Paulo: Unesco/Moderna, 2003, p. 15-33

BIDIMA, J. G. O livro entre memórias e antecipações africanas. In: PORTELLA, E. (org.). **Reflexões sobre os caminhos do livro.** Tradução de Guilherme João Freitas. São Paulo: Unesco/Moderna, 2003, p. 149-171



CHARTIER, R. **Cultura, escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

COELHO, I. L. Quando a mediação de leitura se torna censura. *In*: CECCANTINI, J. L.; GALVÃO, E.; VALENTE, T. A. (org.). **Literatura infantil e juvenil na fogueira**. Belo Horizonte: Aletria, 2024, p. 475-488

GREGORIN FILHO, J. N. Do camburão ao facebook. *In*: CECCANTINI, J. L.; GALVÃO, E.; VALENTE, T. A. (org.). **Literatura infantil e juvenil na fogueira**. Belo Horizonte: Aletria, 2024, p. 205-215

HOSSEINI, K. **O caçador de pipas**. Tradução de Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

ONDJAKI. **Uma Escuridão Bonita**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018a.

ONDJAKI. **A Bicicleta que tinha Bigodes**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018b.

ONDJAKI. **O convidador de pirilampos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018c.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. Tradução de Celina Olga de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2008.

SILVA, V. M. T. **Leitura literária e outras leituras**: impasses e alternativas no trabalho do professor. Belo Horizonte: RHJ, 2009.